

BRUÁCAS, CHINAS E GASGUITAS: VERBETES QUE DESIGNAM A MULHER NA OBRA VOCABULÁRIO GAÚCHO, DE ROQUE CALLAGE

Felipe Rodrigues Echevarria*

Resumo: Sob a perspectiva teórico-metodológica da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da Análise de Discurso (AD), este trabalho analisa os verbetes *bruáca*, *china* e *gasguita*, recortados da obra *Vocabulário Gaúcho* (1928), de Roque Callage. Registrando verbetes que são falados pelos gaúchos, o autor contribui para a perpetuação destes, pois dicionários nacionais nem sempre abarcam regionalismos que são específicos do falar de certas sociedades que, muitas vezes, se afastam dos grandes centros. Callage, ao assumir a função-autor e também a de sujeito enunciativo, tem como condições de produção o contexto sócio-histórico do Rio Grande do Sul do Século XX. Os verbetes selecionados apresentam designações pejorativas acerca da mulher; assim, percebemos que a obra de Callage nos dá uma ideia de como era a situação da mulher gaúcha no século XX: uma posição de subserviência em relação aos homens, que, por sua vez, pareciam ter mais destaque e valorização na sociedade gaúcha.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Dicionários; Enunciação; História das Ideias Linguísticas.

Abstract: Based on the theoretical-methodological perspective of History of Linguistic Ideas (HIL) and Discourse Analysis (AD), this paper analyzes the entries *bruáca*, *china* and *gasguita*, from Roque Callage's work *Vocabulário Gaúcho* (1928). Recording entries that are spoken by gauchos, the author contributes to their perpetuation, because national dictionaries do not always embrace regionalisms that are specific to certain societies' form of speaking, especially those who live away from the large urban centers. Callage, when he assumes the author-function and also the role of enunciating subject, has the socio-historical context of the 20th century's Rio Grande do Sul as conditions of production. The selected entries present pejorative statements about women; therefore, it is noticed that Callage's work gives an idea about the situation of the gauch woman in the 20th century was like: a position of subservience towards men, which, in turn, seemed to have more prominence and appreciation in the gauch society.

Keywords: Discourse Analysis; Dictionaries; Regionalist Dictionaries; Enunciation; History of Linguistic Ideas.

Introdução

O presente trabalho apresenta três verbetes selecionados da obra *Vocabulário Gaúcho*¹² (1928), de Roque Callage, e suas respectivas designações. *Bruáca*, *china* e

* Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos na UFSM – Universidade Federal de Santa Maria.

¹² Optamos em manter as grafias originais em citações e títulos de obras que precedem o Acordo Ortográfico [de 1991], vigente desde janeiro de 2009, bem como preservamos a ortografia original nos recortes submetidos à análise.

gasguita: três termos típicos do linguajar do gaúcho registrados em um vocabulário, que, sob o nosso entendimento, é também um instrumento linguístico, juntamente com glossários, dicionários e gramáticas, sendo que estes dois últimos são considerados por Aroux (1992) as bases que compõem até hoje o nosso saber metalinguístico. Ainda para o autor, os instrumentos linguísticos são também tecnologias que muito contribuíram para a história da humanidade.

Falar sobre instrumentos linguísticos implica retomar alguns conceitos acerca da Análise de Discurso (AD) e da História das Ideias Linguísticas (HIL), visto que estes dois domínios do conhecimento se interessam e produzem conhecimento sobre os instrumentos linguísticos enquanto tecnologias da linguagem. Instrumentos linguísticos – sobretudo dicionários – já foram vistos como objetos capazes de abarcar todas as dúvidas sobre a língua. Entendemos que uma das principais contribuições da AD e da HIL é dar outro viés à produção de gramáticas, dicionários, glossários e vocabulários no Brasil, pois essas duas áreas do conhecimento nos mostram que pensar que as tecnologias citadas são apenas lugar de consulta é uma ideia simplista. Instrumentos linguísticos são também objetos discursivos e capazes de revelar as condições sócio-históricas de sua produção.

Vocabulário Gaúcho traz verbetes que designam sujeitos; o próprio Callage assume a função de autor e a de sujeito enunciador. Isto nos faz retomar conceitos sobre o que é sujeito para a AD e para a enunciação. Entendemos que Roque Callage é um sujeito que enuncia dentro de um espaço de enunciação, que, segundo Guimarães (2002), é um espaço onde sujeitos colocam a língua em funcionamento para que haja entendimento entre eles. Este espaço de enunciação é o Rio Grande do Sul, que forma também as condições de produção do vocabulário analisado.

Para analisar os verbetes selecionados, mobilizamos o conceito de *designação*, trazido ainda por Guimarães. É este conceito que nos permite analisar qual a significação de *bruáca*, *china* e *gasguita* e sua relação com o real e com o histórico. As designações trazem sentidos pejorativos, o que nos permite observar que o vocabulário de Callage dá indícios, através da língua, das condições históricas e sociais do Rio Grande do Sul do século XX: um estado onde a figura do gaúcho vai silenciando suas designações negativas e alcançando a imagem de homem bravo e do campo, em que a virilidade deste

homem é bastante exaltada e da mulher se exige decoro, em especial, das *prendas*, conforme Brum (2010).

A articulação entre a AD e a HIL: como esses dois campos do saber concebem os instrumentos linguísticos

Dicionários e gramáticas, sob a visão de Auroux (1992, p. 65), são tecnologias, considerados até hoje os principais pilares do saber metalinguístico. Instrumentos linguísticos compreendem, além de dicionários e gramáticas, também prefácios, manuais, glossários e vocabulários. Portanto, falar em instrumentos linguísticos, sobretudo sobre vocabulário - que vem a ser o objeto de pesquisa do presente trabalho - implica falar em AD e HIL, visto que essas duas áreas do saber se interessam e produzem conhecimento sobre tecnologias metalinguísticas.

A AD, segundo Orlandi (2005), já revela seu objeto de interesse no próprio nome, pois ela trata do *discurso*. “E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2005, p. 15). A constituição da AD se dá na articulação entre três áreas do conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. É na França que Michel Pêcheux, na década de 1960, deu início à elaboração da teoria discursiva, tomando como objeto de análise o discurso e levando em conta a importância da língua na produção do discurso. Segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 81), a língua “se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados”. Entendemos, assim, que a língua para a AD é tomada como o lugar em que o discurso se materializa e onde se realizam os efeitos de sentido provenientes dos processos discursivos.

Para Orlandi (2005), a AD considera a linguagem como imprescindível para que haja uma relação entre o homem e a realidade social. Já Benveniste, com o conceito de subjetividade na linguagem, elucida a importância da linguagem como instrumento de comunicação, pois para ele “os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se (BENVENISTE, 2005, p. 284).

Já em relação à HIL, uma de suas mais importantes contribuições é o estudo histórico dos instrumentos linguísticos. Guimarães (1996, p. 127) afirma que o estudo das

ideias linguísticas no Brasil tem o interesse de abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas feitos no país, desde o século XVI. Para Sturza (2006a, p. 96),

A História das Ideias Linguísticas que se está contruindo no Brasil toma vários objetos da produção de saberes: instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários e outras textualidades, como prefácios, leis, relatos, listas de palavras, notas. O conjunto de produtos desse conhecimento linguístico configura uma história das idéias linguísticas, mesmo aqueles anteriores à institucionalização da Linguística como disciplina.

Para Auroux (1992), gramatizar é construir um instrumento linguístico, instrumento esse que aumenta e muda a capacidade linguística humana. “Uma língua ‘gramatizada’ é uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (AUROUX, 1992, p. 26). Segundo Petri (2012), preservar as línguas é outra importante função da gramatização.

A Linguística no século XX considerava os dicionários como “instrumentos normativos, objetos fossilizados que não correspondiam à língua falada” (NUNES, 2006, p. 13). Portanto, a partir dos pressupostos teóricos da HIL, os dicionários passaram a ser vistos como objetos discursivos e não mais como objetos meramente normativos. Ou seja, passou-se a considerar outras funções do dicionário além de suas funções pedagógicas. Os analistas e/ou estudiosos do dicionário, sob a égide da HIL, são aptos a analisar de que forma aspectos sociais e históricos se materializam nas acepções apresentadas pelas palavras que são registradas em dicionários.

Os instrumentos linguísticos: um lugar onde também se produz discurso

Compreendemos que instrumentos linguísticos fazem parte da relação com a história e a sociedade. Gramáticas e dicionários integram um “processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana” (ORLANDI, 2001, p. 8). De acordo com Petri & Medeiros (2013, p. 1), “Vocabulários e glossários, assim como os dicionários e gramáticas, constituem discursos sobre a língua, isto é, discursos que institucionalizam uma língua e que a trabalham como patrimônio”. Ainda para as autoras, os vocabulários também contribuem para a preservação do falar de uma determinada sociedade, como é

o caso de *Vocabulário Gaúcho* e também de *Colleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Pereira Coruja, publicado em 1852. Entendemos que dicionários, vocabulários e glossários são lugares de memória na língua; os vocabulários parecem ser uma lista descompromissada de palavras, enquanto os glossários controlam sentidos e dicionários registram sentidos e são usados como consulta, como se abarcassem não somente dúvidas em relação a sentidos, mas também em relação a questões ortográficas.

Os dicionários já foram vistos como instrumentos que servem somente para tirar dúvidas sobre questões gramaticais e significados de palavras, porém, com o advento da HIL, estas ideias simplistas passaram a ser desconstruídas e percebeu-se que a função desses instrumentos linguísticos vai além de apenas normatizar; são também parte da história, da sociedade e uma forma de discurso, ou seja, são objetos discursivos. Petri (2010, p. 24) elucida que já não é mais possível “aceitar o dicionário como um lugar que abarca verdades absolutas, é preciso pensar que a língua está viva, em constante movimento e nem tudo é apreendido pelo sujeito, muito menos estará no dicionário”.

Segundo Nunes (2006), o dicionário carrega historicidade e discursos, deixando, desta forma, um lugar aberto para interpretações, sendo assim, compreendemos que o dicionário não é apenas um objeto de consulta. Historicidade, para Siveris (2012), “seria o modo pelo qual a história se inscreve no discurso; ela é entendida como a relação constitutiva entre linguagem e história” (p. 32).

A produção de dicionários no Brasil está diretamente ligada com a colonização do país. Comentários acerca das significações de palavras de origem indígena e listas de palavras português-Tupi e Tupi-português foram os primeiros saberes lexicográficos feitos no Brasil. Dessa forma, essas listas originaram os primeiros dicionários do país - dicionários bilíngues português -Tupi - produzidos pelos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII. A produção desses instrumentos linguísticos objetivava o conhecimento da língua indígena e a catequização dos índios. Por esse motivo, os primeiros instrumentos linguísticos produzidos no Brasil possuíam discurso religioso e eram usados como instrumento também de colonização (NUNES, 2006).

Quando autores brasileiros começaram a produzir dicionários e gramáticas

próprios *do e no* Brasil, o país passou a desvencilhar-se dos instrumentos linguísticos de Portugal. Isso ocorreu em um momento em que o país buscava uma identidade própria, reforçando, assim, os sentimentos nacionalistas.

[...] o processo de gramatização do português do Brasil, passado o período das anotações de diários e relatos de viagens, da incorporação de brasileirismos nas gramáticas portuguesas, concretiza-se com a autoria brasileira na produção de instrumentos linguísticos, quando se publicam Gramáticas, Dicionários e Vocabulários de autores brasileiros, no século XIX, logo após a Independência do Brasil (STURZA, 2006b, p. 01).

Após esses apontamentos acerca dos dicionários enquanto instrumentos linguísticos, se faz pertinente uma abordagem sobre o dicionário regionalista. Entendemos que a identidade do gaúcho está diretamente ligada a uma questão regional:

O que ocorre no Rio Grande do Sul parece estar indicando que atualmente só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para seus habitantes só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes. A identidade gaúcha é hoje resposta enquanto expressão de uma distinção cultural em um país que se encontra integrado do ponto de vista econômico, cultural e de redes de transporte de comunicação (OLIVEN, 2006, p. 14).

O dicionário, segundo Auroux (1992), serve não só de base para a construção de conhecimentos, mas também para representar uma materialidade discursiva de perpetuação linguística. Consideramos os dicionários de regionalismos um lugar de preservação do léxico gaúcho, também preservando, assim, uma identidade regional. Dessa forma, os saberes são atualizados e ao mesmo tempo mantidos para que não se perca aquilo que Laytano (1981, p. 21) denomina “falar do gaúcho brasileiro”.

Segundo Nunes (2001, p. 101), o dicionário de termos regionalistas é “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade”. Nele, consta um repertório popular próprio de um sujeito que vive fora dos grandes centros urbanos. Esse repertório, muitas vezes, por se afastar da linguagem culta, não é abarcado pelos dicionários nacionais. Conforme Petri (2008), o dicionário regionalista funciona como um lugar de referência e de preservação de um patrimônio linguístico-cultural:

No caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o ‘levantamento do que é próprio do popular, do domínio de um falante do interior’ de um estado brasileiro, trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região, remetendo-nos a uma outra época, ao ‘imaginário de passado glorioso’, silenciando (na maioria das vezes) os efeitos de sentidos pejorativos que a designação possa vir a produzir. [...] o dicionário de termos regionalistas funciona como um lugar de referência e de preservação do passado de glórias (PETRI, 2008, p. 229).

É também no dicionário regionalista que percebemos a existência de um sujeito responsável pela produção desse instrumento linguístico. Ao apresentar verbetes, esse sujeito mostra, conseqüentemente, designações, que, por sua vez, produzem sentidos e caracterizam outros sujeitos.

O sujeito sob a ótica da Enunciação e da AD

Para Benveniste (2006, p. 82), “a enunciação é essa colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”. Eduardo Guimarães, em *Semântica do Acontecimento* (2002), compreende a enunciação como um acontecimento no qual sujeito e língua constituem uma relação.

Os estudos de Benveniste sobre a enunciação trouxeram à tona questões como significação e subjetividade, contribuindo assim para a área da Linguística. O sujeito é a parte central da sua teoria da enunciação. Segundo Fiorin (1996, p. 41, grifos do autor), “O *eu* existe por oposição ao *tu*” e esse fato é uma condição básica do diálogo que se estabelece entre essas duas instâncias enunciadoras, assim como é, também, um elemento essencial do conceito de subjetividade na linguagem trazido por Benveniste (2006).

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade” [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa” (BENVENISTE, 2006, p. 286, grifos do autor).

Para a AD, não há discurso sem sujeito e todo sujeito pertence a uma ideologia. Segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 167), “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. O sujeito é afetado por uma formação ideológica, que por sua vez é influenciada por uma formação discursiva (FD). O autor traz como exemplo a formação ideológica religiosa. Ela constituía a forma da ideologia dominante no modo de produção feudal e, através do Aparelho Ideológico do Estado religioso, interpelava indivíduos em sujeitos. Segundo Orlandi (2005), a realidade não existe sem ideologia. A ideologia é resultado da relação do sujeito com a língua e a história, e assim se dá a produção de sentidos. A psicanálise contribuiu para a AD a partir do momento em que deslocou a noção de *homem* para *sujeito*. Para Orlandi (2005), a constituição do sujeito se dá na relação com o simbólico, dentro da história.

Conceber o homem como ser histórico corresponde a concebê-lo como ser da linguagem, ou seja, como ser significante, e vice-versa: o homem como sujeito que fala é um ser histórico. Daí o interesse, em análise de discurso, em compreender a relação histórica entre o homem e a língua (ORLANDI, 2005, p. 100).

Assim, o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e pelo social e interpelado pela ideologia. Para Orlandi (2006, p. 19), “O sujeito não se apropria da linguagem num momento individual. A forma dessa apropriação é social”. Essa apropriação reflete também o sujeito que reproduz linguagem e que tem a ilusão de ser a fonte original de seu discurso, entretanto, como já foi dito anteriormente, esse sujeito apenas reproduz sentidos e outros discursos preexistentes, já que, segundo Pêcheux ([1975] 2009, p. 170), “os processos discursivos (...) não poderiam ter sua origem no sujeito”, ainda que nele se materializem. Linguagem, sentidos e sujeitos se constituem em “processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (ORLANDI, 2005, p. 48). O sujeito é afetado pela língua e pela História, pois depende delas para produzir sentidos. Se não estiver ligado a elas, não se constitui como sujeito, não fala e tampouco pode produzir sentidos. E assim variam as posições de sujeitos; há o sujeito mãe, o sujeito professora, por exemplo, que ocupam lugares diferentes e diferentes formas de falar. Dessas posições-sujeito, nos interessa a forma sujeito-autor para o presente trabalho.

Roque Callage: o sujeito dicionarista

O linguajar falado no sul do Brasil, ou, conforme Roque Callage (1928), “vocabulário gaúcho”, é o objeto que interessa ao autor e que o motivou a escrever a obra *Vocabulário Gaúcho*. Nascido em 1886 e falecido em 1931, o escritor e jornalista santamariense, nesse vocabulário, registrou palavras típicas do linguajar dos gaúchos.

Collectando e registrando, de ha muito tempo, as expressões e os termos que nos pareciam genuinamente riograndeneses, isto é, peculiares ao nosso falar, ao falar ingenuo e simples das populações ruraes, termos não encorporados no trabalho daquelle illustre rio-grandense que tanto amou e honrou as tradições da sua, da nossa terra, só agora resolvemos publicar o presente “Vocabulário”, com o fito unico de deixar reunido o que por ahí fóra existia esparso e ainda não arquivado (CALLAGE, 1928, p.6).

Callage, como sujeito que produziu essa obra, suscita algumas reflexões sobre o significado de sujeito. Para Pêcheux ([1975] 2009), o sujeito não é a origem e fonte de seu dizer, contudo tem a ilusão de ser essa origem do dizer e de poder controlar os sentidos. Percebemos que Callage, ao produzir esse dicionário, assume a posição de autor, assim como a de escritor/dicionarista. Segundo Petri (2009, p. 7), os sujeitos que produzem um dicionário regionalista são, ainda, interpelados “pela especificidade regional que os constitui e ao mesmo tempo os interroga, num empreendimento que poderíamos definir como o desejo do sujeito de controlar os sentidos que lhe escapam”. Ao produzir um dicionário, o sujeito assumiria a posição-sujeito do “guardião da língua”, dessa língua que, de acordo ainda com a autora, é imaginária e fundadora de uma nação imaginária, que separaria “gaúchos” de “não-gaúchos” no interior do grupo social de “brasileiros”.

Ao tomarmos como dispositivo de análise as teorias da enunciação (eu/aqui/agora), compreendemos que Callage é um sujeito que toma a posição *eu*, como sujeito dicionarista, embora ele empregue o pronome *nós* em sua obra, conforme tomamos conhecimento na nota da 1ª edição, quando o autor afirma: “Apresentamos, hoje, ao publico, o nosso modesto ‘Vocabulário Gaúcho’” (CALLAGE, 1928, p. 5). Como o próprio Benveniste (2006, p. 286) elucida, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade na qual cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso”. Poderíamos considerar que Callage também assume a função autor:

Diríamos que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico), ela está mais submetida às regras das instituições (ORLANDI, 2006, p.77).

O *aqui* seria o Rio Grande do Sul e o *agora* corresponde ao século XX, mais especificamente o ano de 1928. O *aqui* e *agora* da obra de Callage compõem as condições de produção da mesma: essas condições de produção são compostas por questões geográficas e sociais do Rio Grande do Sul como as fronteiras com Argentina e Uruguai e a influência platina nos vocábulos gaúchos, além do cenário sócio-histórico do Rio Grande do Sul. O estado onde nasceu e viveu o autor da obra que compõe o objeto de pesquisa de nosso trabalho, segundo Oliven (2006), passou por guerras e batalhas internas, e nesse contexto é que se formou a figura do gaúcho como tipo social, cuja figura já foi associada a sentidos negativos e pejorativos, mas que ao longo da história passou a ser sinônimo de homem viril, homem do campo e corajoso. As condições de produção compreendem os sujeitos e a situação. Segundo Orlandi (2005, p. 30), “Podemos considerar as condições de produção em sentido escrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se a consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. Ainda para a autora, as condições de produção constituem os discursos e dependem de certos fatores para funcionar. Um desses fatores é a relação de sentidos, que explica que “não há discurso que não se relacione com outros” (ORLANDI, 2005, p. 39). Esses sentidos resultam de relações, de maneira que todo discurso é sustentado por outro assim como pode apontar dizeres futuros.

Sendo assim, compreendemos que o discurso não pode abarcar um começo absoluto tampouco um ponto final. Pelo viés da enunciação, a partir do dispositivo teórico e analítico *Semântica do acontecimento* (2002), de Eduardo Guimarães, podemos dizer que Callage, além de sujeito dicionarista, é também um sujeito enunciador, e que tem o Rio Grande do Sul como espaço de enunciação. Para Guimarães (2002), é nos espaços de enunciação onde se dá o funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São lugares “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. Além disso, o sujeito enunciador está ligado à história.

Chinas, bruácas e gasguitas: os sentidos dos verbetes selecionados e sua relação com as condições de produção da obra Vocabulario Gaúcho

Sob a perspectiva teórico-metodológica da HIL e da AD, o presente trabalho apresenta reflexões sobre as designações trazidas pelos verbetes *bruáca*, *china* e *gasguita* na obra *Vocabulário Gaúcho*. Em nosso entendimento, a obra de Roque Callage registra “o vocabulário em uso de uma sociedade e a forma pela qual ela usualmente se exprime” (BIDERMAN, 1996, p. 31). Ou seja, a obra registra o modo de falar tão característico que é o modo de falar do gaúcho.

Para analisar os verbetes selecionados, mobilizamos o conceito de *designação* trazido por Eduardo Guimarães em sua obra *Semântica do Acontecimento*. De acordo com o autor, a *designação* é

[...] o que podemos chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p. 9).

Dos verbetes que designam sujeitos nessa obra, percebemos que a maioria designa homens e os que designam mulheres, além de poucos, trazem designações pejorativas e negativas, como é o caso dos três verbetes selecionados para esse trabalho. *Bruáca* designa a “mulher ordinária, deleixada, sem pudôr” (CALLAGE, 1928, p. 30). Já *china* significa a “mulher de índio; mulher de côr morena carregada, mulher publica” (CALLAGE, 1928, p. 42), enquanto *gasguita* “diz-se da rapariga, entrometida desenvolta” (CALLAGE, 1928, p. 62).

Tais designações negativas apresentadas por estes três verbetes nos fazem pensar na questão de condições de produção da época em que a obra analisada foi lançada. Sob a visão de Orlandi (2005), entendemos que o Rio Grande do Sul do século XX é o principal elemento das condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*.

O Rio Grande do Sul já foi alvo de disputa entre Portugal e Espanha e, nesse contexto histórico de guerras e disputas, é que foi se formando a figura do gaúcho. “Embora brasileiro, o gaúcho seria muito distinto de outros tipos sociais do país, guardando, às vezes, mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai” (OLIVEN, 2010, p. 15). Os sentidos atribuídos ao termo *gaúcho* nem sempre foram enaltecedores de suas qualidades viris, como aqueles aos quais é normalmente associado (“homem do campo”, “viril” e “destemido”, por exemplo). *Gaúcho*, inicialmente, possuía um sentido negativo, visto que designava o “vagabundo e ladrão de gado” (OLIVEN,

2006, p. 10). O gaúcho era “uma designação que nos remete a um ‘preador’ de gado xucro e ladrão de estâncias” (PETRI, 2008, p. 230), designando, também, vagabundos e contrabandistas de gado.

Após essas designações negativas, o gaúcho passou a ser associado ao peão de estância e guerreiro, associado também à figura do cavaleiro. Para Petri (2009, p. 30), os dicionários regionalistas ajudam a silenciar os sentidos pejorativos que já designaram o gaúcho e a remeter a outra época, ao “imaginário de passado glorioso”. Segundo a autora, atualmente a designação *gaúcho* nos remete “ao homem que está intimamente ligado às coisas da terra, enfim, à atividade da pecuária no Rio Grande do Sul” (PETRI, 2008, p. 230). A virilidade também é uma característica associada ao homem gaúcho. Erico Veríssimo, em sua obra *Rio Grande do Sul, terra e povo* (1969), afirmou que a virilidade era necessária ao gaúcho para poder realizar tarefas como alçar, domar e marcar potros e enfrentar geadas nas madrugadas no inverno.

Após essa reflexão sobre o contexto histórico do Rio Grande do Sul, que compõe as condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*, entendemos que no estado se exalta e se dá maior visibilidade à figura masculina, neste caso, o gaúcho, do que para a mulher. Para Brum (2010), tanto as *chinas* quanto as *prendas* representam a submissão da mulher no Rio Grande do Sul. As *prendas* representam o decoro da mulher gaúcha; esse decoro e recato se materializa em suas roupas que devem ser semelhantes às das princesas européias e em sua maquiagem discreta. São regras elementares que a mulher gaúcha deve seguir ao se vestir, caso contrário poderá parecer uma ofensa às regras tradicionalistas. Já ao peão, “é permitida maior liberdade no vestir” (BRUM, 2010, p. 83). Por outro lado, ainda para a autora, as *chinas* representam o oposto da *prenda* por não possuírem as mesmas virtudes.

O sentido pejorativo que o termo passou a adquirir se relaciona à colonização da região. Tal processo ocorreu nos tempos em que os gaúchos errantes apresavam o gado xucro e que também usufruíam das *chinas*, para depois as abandonarem a sua própria sorte (BRUM, 2010, p. 84).

Para garantir sua sobrevivência, as *chinas* seguiam os exércitos e serviam os soldados. Em uma outra posição, com mais recato porém com igual subserviência, as

filhas e esposas dos comandantes dos exércitos viviam “protegidas” nas fazendas e as administravam na ausência dos homens.

Considerações finais

Após analisar a formação da figura do gaúcho, oriunda da construção social e histórica do Rio Grande do Sul, formação essa que compõe as condições de produção de *Vocabulário Gaúcho*, percebemos um ambiente essencialmente dominado por homens, onde a mulher parece ter pouca visibilidade. Tal fato se reflete nas designações pejorativas trazidas pelos verbetes *china*, *bruáca* e *gasguita*. Para Brum (2010), os verbetes *prenda* e *china* apresentam a submissão da mulher nessa época: de um lado, uma mulher virtuosa, do outro, uma mulher que representa exatamente o contrário, mas ambas subservientes ao homem gaúcho.

Assim, percebemos a relação da designação com o real e o histórico, conforme explica Guimarães (2002): os sentidos pejorativos associados aos três verbetes selecionados que designam mulheres têm relação direta com as condições de produção do vocabulário produzido por Roque Callage. Ele, ao desempenhar a função autor e a de sujeito enunciativo, registra em seu vocabulário o modo de falar do gaúcho. Nesse sentido, percebemos que o vocabulário de Callage tem funções semelhantes às dos dicionários regionalistas, que segundo Nunes (2006), ajudam a preservar o modo de falar de certas regiões do Brasil.

Percebemos também, sob a perspectiva da AD e da HIL, que instrumentos linguísticos nos revelam aspectos do contexto sócio-histórico em que foram produzidos. É na língua que podemos ter uma ideia da maneira como as mulheres eram vistas no Rio Grande do Sul do século XX, assim como é na língua e também em instrumentos linguísticos como dicionários e vocabulários que percebemos a diferença de sentidos trazidos pelas designações *gaúcho* e *china*: segundo Brum (2010), enquanto o termo *gaúcho*, depois de carregar sentidos pejorativos como ladrão de gado, passou a ser sinônimo de trabalho e honradez, *china* tornou-se o termo escolhido para designar mulheres de honra duvidosa no Rio Grande do Sul. “Despudoradas”, “desleixadas”, de moral duvidosa, todas essas designações negativas em relação à mulher revelam, através de um linguajar dito gauchesco e cujo registro se dá em um instrumento linguístico, qual

era o lugar da mulher *no* e *do* Rio Grande do Sul na época da produção de *Vocabulário Gaúcho*.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5ª Ed, Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BIDERMAN, M. T. C. *O dicionário e o vocabulário da Língua Portuguesa*. Linha D'água, São Paulo, 1996

BRUM, C. K. "Indumentária gaúcha: uma análise etnográfica da pedagogia tradicionalista das pilchas". In: *Expressões da Cultura Gaúcha*/ org: Ruben George Oliven, Maria Eunice Maciel, Ceres Karam Brum. Santa Maria: UFSM, 2010.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo; SP: Editora ática, 1996.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. "O espaço urbano: a 'rua' e o sentido público". In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, p.101-109, 2001.

_____. "Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas". In: *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.

OLIVEN, R. G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RG; Vozes, 2006.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: ed. UNICAMP, 2009.

PETRI, V. “A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do ‘gaúcho’”. In: *Letras*. Nº 37. P. 227-243. Jul/Dez, 2008.

_____. “Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista”. In: *Línguas e instrumentos linguísticos 29* / Campinas: CNPq - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2012

_____. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

PETRI, V.; MEDEIROS, V. “Da Língua Partida: Nomenclatura, Coleção de Vocábulo e Glossários Brasileiros”. In: *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM*, Santa Maria, n. 46, p. 43-66, 2013. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaletas/artigos_r46/artigo_03.pdf>. Acesso em 25set 2017.

SIVERIS, D. *Língua, sujeito e história: implicações da noção de função-autor na produção dicionarística de Caldas Aulete*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Santa Maria, 2013

STURZA, E. R. *Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006a.

_____. *Vocabulário sul-rio-grandense: De Instrumento Linguístico à Constituição de um Discurso Fundador*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2006b.

VERISSIMO, E. “Um romancista apresenta sua terra”. In: *Rio Grande do Sul, terra e povo*. Porto Alegre; Globo, 1969.